

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS
SOCIAIS**

O RAIIO-X DO TERCEIRO SETOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC Para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos

VANUSA MARIA QUEIROZ DA SILVA

Rio de Janeiro, 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL - CPDOC
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS
SOCIAIS**

TÍTULO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADA POR

VANUSA MARIA QUEIROZ DA SILVA

**E
APROVADO EM: 02 de dezembro de 2008
PELA BANCA EXAMINADORA**

Professor Dr Fernando Lattman-Weltman

Professor Dr. Mario Grynszpan

Professora. Dr^a. Alessandra Aldè

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é montar um banco de dados a partir das informações sobre o perfil das Organizações Não-Governamentais (ONGs) filiadas à Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), e, assim, desenvolver uma ferramenta para estudar as organizações do Terceiro Setor.

ABSTRACT

The objective of this study is to create a database from information on the profile of non-governmental organizations (NGOs) affiliated to the Brazilian Association of Non-Governmental Organizations (Abong), and thereby develop a tool to study the Third Sector organizations.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, José Maria e Yolete

AGRADECIMENTOS

Ao CPDOC-FGV por ter me concedido uma bolsa de estudo.

Ao prof. Celso Castro pelo incentivo de fazer o Mestrado.

Ao meu professor-orientador Fernando Lattman-Weltman pela orientação e apoio para a elaboração da dissertação.

Aos meus professores e colegas de mestrado por tudo que me ensinaram durante o curso, especialmente, à professora Maria Celina D'Araújo.

Ao professores Mario Grynszpan e Alessandra Aldè por participarem da minha banca.

Aos meus amigos Camila Lameirão, Tisuru Ando, Tatiana Leandro da Silva, Igor Coutinho e Jimmy Medeiros.

Aos funcionários do CPDOC e da EBAPE – FGV, pelo apoio administrativo.

E à minha família pelo carinho, apoio e paciência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Seção 1.	
METODOLOGIA.....	13
Seção 2.	
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERCEIRO SETOR	
NO BRASIL.....	16
Seção 3.	
O SITE DA ABONG COMO FONTE DE PESQUISA.....	22
Seção 4.	
BANCO DE DADOS.....	25
Seção 5.	
ANÁLISE DOS DADOS.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
BIBLIOGRAFIA.....	57
Anexo I QUESTIONÁRIO.....	61
Anexo II CARTA DE PRINCÍPIOS	69
Anexo III CRITÉRIO DE FILIAÇÃO.....	73
Anexo IV POR QUE SE FILIAR?.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Data de criação das ONGs	30
Tabela 2 Região Sede.	31
Tabela 3 Estado	33
Tabela 4 Região de Atuação	34
Tabela 5 Âmbito de Atuação	36
Tabela 6 Principal âmbito de atuação por região Sede.....	36
Tabela 7 Área temática de atuação.....	38
Tabela 8 Número de áreas de atuação por ONG	39
Tabela 9 Público Alvo.....	41
Tabela 10 Número de beneficiários por associada.....	42
Tabela 11 Trabalho Voluntário.....	44
Tabela 12 Fonte de Recurso.....	46
Tabela 13 Fonte de recurso por Região.....	48
Tabela 14 Faixa Orçamentária.....	49
Tabela 15 Faixa Orçamentária por região.....	50
Tabela 16 Articulação Política.....	51
Tabela 17 Projetos Ilustrativos e Publicações.....	52

LISTA GRÁFICOS

Gráfico 1 Região de Atuação	35
Gráfico 2 Área temática de atuação.....	40
Gráfico 3 Fonte de Recurso.....	47

INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor é constituído por organizações que produzem bens públicos, mas não fazem parte do aparelho estatal. Ao mesmo tempo não pode ser considerado parte do mercado, porque se houver lucro, esses devem ser revertidos para a realização dos projetos desenvolvidos pela própria instituição. O número de organizações com esse perfil tem crescido muito, no Brasil, nos últimos anos. Sobre esse crescimento Bomeny e Pronko (2002) apontam que:

[...] é possível constatar um crescimento do número de organizações não-governamentais, institutos, fundações, entidades de classe, associações profissionais, movimentos os mais variados dedicados ao desenvolvimento de projetos sociais e educacionais ao longo dos últimos dez anos. (Bomeny e Pronko, 2002:27).

Ciconello (2006) apresenta o número¹ de instituições e a quantidade de emprego que esse setor gera, apontando a pluralidade e heterogeneidade que caracterizam esse setor:

O Estudo revela que, em 2002, havia 276.000 fundações e associações sem fins lucrativos no país, empregando 1,5 milhões de pessoas. Contudo, os dados da pesquisa apontam para uma imensa pluralidade e heterogeneidade dessas organizações sem fins lucrativos: igrejas, hospitais, escolas, universidades, clubes de futebol, entidades de assistência social, associações patronais e profissionais, associações de produtores rurais, entidades culturais e de recreação, ambientais, associações de moradores, organizações de defesa de direitos, etc. (Ciconello, 2006:21).

Bomeny e Pronko (2002) declaram que atualmente há mais interesse por estudos acadêmicos e instituições dedicadas exclusivamente ao tema. Apesar disso, aponta que ainda há muitas questões sem respostas.

¹ Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e o Grupo de Institutos (GIFE), Fundações e Empresa

No entanto, e apesar da quantidade e da diversidade de instituições envolvidas, os estudos sobre o Terceiro Setor são ainda incipientes. É difícil avaliar o alcance e o impacto das ações dessas instituições na própria sociedade, devido à falta de dados precisos. Quantas são as instituições envolvidas? Quais? Que tipo de projetos desenvolvem? Qual o investimento total? Estas são perguntas que ainda estão em aberto. (Bomeny e Pronko, 2002:28).

Isso assinala a necessidade de pesquisas empíricas que descrevam o Terceiro Setor e admitam comparações entre as instituições e ao longo do tempo.

A mesma discussão ocorre quando escolhemos apenas Organizações Não Governamentais (ONGs), uma vez que a diversidade também é uma qualidade desse grupo. Neste caso, o obstáculo começa pela definição do que é uma ONG, já que não existe um consenso em torno desse conceito. Conseqüentemente, a categorização torna-se uma tarefa complexa. Um dos aspectos apontados por Mendes (1999) é à dificuldade de selecionar organizações para a realização de uma pesquisa nessa área.

A dificuldade inicial para a caracterização e escolha das ONGs é não haver classificação oficial que diferencie e estratifique os diversos segmentos formados por entidades sem fins lucrativos no Brasil. (Mendes, 1999:10)

Considerando o perfil dessas organizações e as limitações para o estudo desse tema pensei em desenvolver uma ferramenta para a descrição das ONGs. Não tendo tempo e nem recursos para fazer um *survey*, optei por coletar esses dados na internet.

O desenvolvimento de um banco de dados com o perfil dessas organizações contribuiria para a elucidação de algumas lacunas que dificultam o trabalho nessa área. O custo com a produção de dados poderia ser reduzido com a utilização da internet, uma vez que essa ferramenta elimina a barreira de tempo e espaço. Sorj ressalta essas características quando aborda as mudanças que a internet causou na sociedade:

A importância da telemática – cujo sistema mais difundido é a Internet – é enorme, pois permitiu a convergência de duas atividades centrais da vida social: a manipulação de conhecimento e a comunicação. [...] As novas tecnologias da comunicação, ao permitirem a comunicação instantânea entre computadores, em escala mundial, de voz, texto ou imagem, disponibilizam cada vez mais informação a um custo cada vez menor. (Sorj, 2003:36).

É um espaço cada vez mais utilizado e que facilita a divulgação e a coleta de informações. Muitas ONGs criam suas páginas eletrônicas para propagação dos trabalhos realizados e com isso atingem um grande número de pessoas com um custo menor. Os pesquisadores têm seu trabalho simplificado por ter acesso a muitas informações sem precisar sair do seu local de trabalho.

A Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) disponibiliza em seu site dados que descrevem o perfil de cada associada. A forma como os dados estão disponibilizados no *site* da Abong não evidencia uma compreensão detalhada desse universo. O objetivo deste trabalho é transformar as informações contidas no *site* em dados que revelem o perfil das organizações e a partir daí apontar medidas que possam ser adotadas para montar e alimentar um banco de dados com as características das organizações do Terceiro Setor no Brasil.

Como muitos dados são divulgados na internet, minha contribuição consiste em observá-los e verificar se é possível conhecer o perfil dessas organizações através das informações apresentadas. A partir disso, desenvolver um banco de dados, com o objetivo de discutir o processo de construção e aplicabilidade dessa ação.

Para realizar esse trabalho, apresentarei na seção 1, a metodologia utilizada para construção desse banco de dados. Na seção 2, algumas considerações sobre o Terceiro Setor. Na seção 3, mostro o site da Abong como fonte de pesquisa. Na seção 4, demonstro o processo de construção do banco de dados. Na seção 5, apresentarei os dados. Finalizo avaliando o potencial e as limitações dessa ferramenta para o estudo das organizações não governamentais.

SEÇÃO I-METODOLOGIA

Iniciei esse trabalho pesquisando as páginas eletrônicas das ONGs. Nesta pesquisa constatei que há sites que não são atualizados, encontrei divulgação de eventos que aconteceram no ano anterior e continuam no site até a presente data. Nesta busca cheguei ao site da Abong, o qual disponibiliza dados padronizados sobre o perfil de suas associadas e critérios dos quais cada associada necessita para tornar-se parte da mesma. A partir dos dados padronizados da Abong, procurei saber da própria associação se seus dados eram atualizados e fui informada de que são, por iniciativa das associadas, e não da Abong. Foi a partir daí que me permiti realizar experimento. Dessa forma desenvolvi uma ferramenta, um banco de dados, para testar a possibilidade de traçar o perfil dessas organizações. E se a partir desta análise ficar demonstrada que essas variáveis são eficazes, fazer uma pesquisa para coletar dados e assim, inserir outras organizações do 3º setor no banco de dados.

1. Questão

A Abong disponibiliza informações de cada associada em seu site. Partindo do pressuposto de que essas informações transformadas em dados quantitativos e posteriormente submetidas à análise estatística é possível traçar o perfil de suas associadas.

2. Objetivo final

O objetivo dessa pesquisa é desenvolver um banco de dados para o estudo das organizações não governamentais, a partir das informações disponibilizadas no site da Abong e transformá-las em dados quantitativos para chegar ao perfil das organizações filiadas à Abong.

3. Objetivos secundários

- ⇒ Transformar as informações, disponibilizadas na página eletrônica da Abong, em dados quantitativos;
- ⇒ Definir a estrutura do banco de dados;

- ⇒ Digitar os dados;
- ⇒ Analisar os dados;
- ⇒ Disponibilizar um banco de dados quantitativos com informações sobre o perfil das ONGs filiadas à ABONG.

4. Delimitação do Estudo

A pesquisa restringiu-se às Organizações não Governamentais associadas à Abong. Fiz esse recorte porque a Abong divulga, em sua página eletrônica, um formulário padronizado sobre o perfil de suas associadas.

5. Tipo de pesquisa

O banco de dados foi desenvolvido no Spss (Statistical Package for Social Sciences). E utilizamos a estatística para análise de dados.

6. Coleta de dados

A coleta de dados abrange pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações, páginas eletrônicas da internet.

As informações sobre as ONGs para a construção do banco de dados foram retiradas da página eletrônica da Abong. Neste site temos acesso a um formulário com os dados de identificação das associadas e mais 14 perguntas². Os dados foram coletados em agosto de 2007.

7. Universo da pesquisa

É uma pesquisa censitária, pois todas as ONGs filiadas à Abong foram incluídas neste banco de dados, sendo que 17,3% responderam apenas às perguntas referentes à identificação³. As demais perguntas foram digitadas como “não resposta”.

² Ver anexo 1.

³ 17,3% das filiadas responderam apenas as seguintes perguntas: Nome, endereço, telefone, endereço eletrônico e página eletrônica.

A Abong não é representativa de todas as organizações não governamentais. Logo, a análise dos dados apresentados se restringe somente ao universo da Abong, isto é, das suas associadas.

8. Limitações do Estudo

A principal limitação do método diz respeito à coleta de dados. Primeiro, por serem dados secundários, não pude trabalhar com as variáveis necessárias para a descrição dessas organizações. Segundo, não tive acesso a outras ONGs.

Seção 2: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERCEIRO SETOR

NO BRASIL

Na sociedade há uma demanda por bens e serviços, que se espera que sejam atendidos pelo Estado ou pelo Mercado. Mas, esses dois setores não são suficientes para atender todas as necessidades da população. Por isso, as pessoas vão se organizando para resolver as lacunas deixadas pelos dois primeiros setores. Assim, vai se constituindo o Terceiro Setor que reúne diversas organizações fundadas para atender aos mais diversos tipos de demandas. Algumas organizações, por exemplo, produzem esses bens e os tornam acessíveis àqueles que não recebem do Estado e não podem comprar no mercado, enquanto outras são instrumentos de pressão para que esses setores atendam a mais pessoas.

Essas organizações não são governamentais, pois não fazem parte do aparelho do Estado. E também não podem ser classificadas como privadas, já que o lucro resultante de suas atividades não pode ser apropriado por seus dirigentes ou funcionários. Se por alguma eventualidade houver lucro, esse será reinvestido na própria organização, visando ao aprimoramento de suas atividades. Portanto, é semelhante ao Estado à medida que produz bens públicos e às empresas por tratar-se de iniciativa privada. Devido as suas particularidades, são classificadas como organizações do Terceiro Setor.

[...] o conceito [Terceiro Setor] denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo da expressão “Bens e serviços públicos”, neste caso, implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas. Eventuais benefícios auferidos pela circulação destes bens não podem ser apropriados enquanto tais pelos seus produtores, e não podem, em consequência, gerar um patrimônio particular. [...] Quaisquer excedentes devem ser reinvestidos nos meios para a produção dos fins estipulados. Por outro lado, os bens e serviços produzidos devem ser, tipicamente, de consumo coletivo – seja num sentido universal, como as campanhas para a purificação do ar, ou em função de uma categoria específica, como a acolhida a refugiados, por exemplo. O conceito é amplo com certeza e passível de múltiplas qualificações em sua determinação positiva. (Fernandes, 1994:21).

O tema do Terceiro Setor não é uma novidade no Brasil. As ações desenvolvidas fora da esfera do Estado e do Mercado sempre tiveram uma presença forte na sociedade brasileira, porque nem sempre houve uma distinção entre a esfera privada e a pública. Isso pode ser

identificado, já no período colonial onde não havia uma separação entre o Estado e a Igreja Católica. Os religiosos, por sua vez, cuidavam da área que não são da atribuição de uma entidade religiosa tais como: educação, saúde e assistência social. Por isso, desde então, vem crescendo o número de organizações leigas ou religiosas, atuando para transformação da sociedade, seja criticado e pressionando o modelo existente, ou com ações de caráter beneficente.

A existência e a importância desse setor não estimularam estudos nesta área. Como mostra Landim:

O exercício de procurar ao longo do tempo as organizações não governamentais sem fins lucrativos implica então percorrer campos temáticos ou mesmo disciplinares bastante diferenciados, podendo-se dizer que seu lugar na literatura é razoavelmente apagado. É um pouco como procurar agulha no palheiro. A visibilidade dessas entidades se dá, nessa história, de modo fragmentado e descontínuo, à sombra de outras problemáticas onde o Estado e as relações público-privado têm sido objetos privilegiados. (Landim, 1993:11).

A falta de estudos nessa área não impediu o crescimento e desenvolvimento desse Setor. As ações desenvolvidas nesse âmbito são planejadas e executadas de acordo com as necessidades e os recursos de cada época. À medida que o tempo passa, a sociedade vai mudando e novas demandas ganham espaço na agenda política. Como consequência, os atores do Terceiro Setor, a partir do contexto social, da experiência acumulada e das novas tecnologias vão redefinindo suas organizações para atender as exigências da atualidade. Inclusive algumas sofreram pequenas alterações; outras mudaram radicalmente e, assim, o Setor vai se redefinindo.

Durante o governo militar (1964-1985), devido à perseguição política às organizações que tivessem características de intervenção política, alguns setores preocupados com os problemas sociais optaram por desenvolver uma ação direta junto às comunidades, ou seja, o trabalho comunitário:

Se agir sobre a sociedade como um todo já não era possível, quem sabe então as transformações pudessem ser preparadas, numa outra escala de tempo, trabalhando-se pelas “bases” do edifício social. Uma tal disposição não deixava de acarretar perigos, mas os riscos eram indubitavelmente menores na região dos bairros do que nas empresas ou no ataque frontal ao governo. A ditadura não ocupava todos os espaços por igual. [...] O trabalho comunitário escapou aos controles, portanto, e pôde se expandir mesmo sob os regimes mais violentos,

como foi o caso do Chile de Pinochet. Enquanto a polícia perseguia militante e vigiava os sindicatos, um outro tipo de militância encontrou terreno fértil por onde se difundir. A novidade da fórmula salvou-a das prevenções policiais. Ninguém o planejou, mas foi assim que aconteceu. (Fernandes, 1994:34-35)

A atuação desses movimentos passou a ser financiada por organismos internacionais e para tanto foi necessário criar uma estrutura formal. A manutenção do financiamento ficava condicionada à prestação de contas, apresentação de projetos e capacidade de cumprir cronogramas. E para atender a essas exigências, algumas lideranças dos movimentos sociais adotaram uma estrutura semelhante à das empresas privadas, mas diferenciando-se destas por produzirem bens públicos sem visar o lucro. Desse modo, as ONGs foram se estabelecendo e ganhando espaço institucionalizado.

As ONGs filiadas à Abong, fundadas nas décadas de 1960 e 1970, atuavam na mobilização e na formação de movimentos sociais e lideranças, contribuindo com a rearticulação da sociedade civil brasileira (Paz, 2005). Nessa fase, segundo Ferreira (2005), o objetivo principal era o fortalecimento da sociedade civil.

No processo de redemocratização do país, as entidades mantêm uma relação de independência e autonomia em relação ao Estado. Seguem apoiando os movimentos sociais “buscando o estabelecimento de controle dos recursos públicos e das políticas sociais (Ferreira, 2005).” No final dos anos 80, começam a se espalhar pelo Brasil e a se diferenciar das demais organizações da sociedade civil. No final dessa década, inicia-se um questionamento sobre o seu papel. Sobre isso, Paz (2005) afirma:

No final dos anos 1980, no contexto da democratização e em meio a proposições para a elaboração da nova carta constitucional, observa-se uma primeira crise de identidade das ONGs: “Somos um ator da sociedade civil, com voz própria, ou somos organizações auxiliares, de apoio aos movimentos sociais?”. (Paz, 2005:8).

Alguns fatores contribuem para que as ONGs assumam um novo papel. Em primeiro lugar, trata-se de uma época em que havia liberdade de associação, ou seja, as pessoas podiam se reunir para defender suas idéias. É uma associação de moradores que se constitui para resolver os problemas do bairro, grupos que se sentem excluídos se organizam para exigir seus direitos e assim por diante.

Em segundo lugar, o Estado está enfraquecido, dispõe de poucos recursos para cumprir a sua função. O orçamento é baixo, devido ao pagamento da dívida externa e a desvios de recursos públicos. Além disso, seus credores externos interferiam na definição das políticas públicas. Por esses motivos, reduziu-se a esfera de decisão dos governantes, e com isso os sindicatos e partidos políticos perderam muito o poder de pressão sobre o governo.

Tais fatores promoveram a formação de grupos que defendem as mais diferentes causas e se organizam para concretizar sua missão. Naves (2005) aponta:

A idéia de uma “sociedade civil” organizada em entidades mais ou menos autônomas surge exatamente dessa lacuna no poder local: a crise de um Estado que é fraco para definir o rumo de uma nação e de seu povo também é, por identidade, a crise da representatividade pela qual o poder estatal se define. Numa democracia, esses grupos são os partidos políticos, de cujos quadros são eleitos o presidente da República e os representantes do povo no Congresso Nacional. Por outro lado, a crise na confiança da população em relação aos seus governantes não pode ser atribuída somente ao contexto externo: num país como o nosso, em que muitas vezes a “coisa pública” foi tratada como “coisa nossa” pelos grupos no poder, em detrimento da imensa maioria da população, a baixa confiança da população nos “políticos” é quase atávica. (Naves, 2005:564).

Assim, as ONGs estabeleceram um outro tipo de relação social com as organizações da sociedade civil, com os governos e com as agências de cooperação internacional. Essa mudança não impediu que algumas tivessem como missão assessorar os movimentos sociais.

Segundo Naves (2005), com a democratização, vai-se ampliando a área de atuação das ONGs:

Na medida em que, para muitos, a utopia não encontrou mais sustentação no ideário socialista, proliferaram as associações voluntárias, fenômeno maciço em todo mundo. A contestação do discurso hegemônico começou a se dar no âmbito dos “direitos humanos” universais, a luta social perdeu o enfoque capital-trabalho e vinculou-se às questões da cidadania. (Naves, 2005, pág. 570).

Para Paz (2005), na década de 1990 surgiram fatos que mudaram o rumo das ONGs. Primeiro porque ao constituírem à Abong, uma organização que representa suas associadas junto à sociedade, passaram a marcar nova inserção na sociedade. Antes limitavam-se a assessorar os movimentos sociais, e a partir desse momento vão falar em nome próprio.

Na década de 1990, o Rio de Janeiro foi sede de eventos que deram visibilidade pública às ONGs. Primeiro, o encontro internacional foi promovido pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (Pnud). Depois, aconteceram as atividades realizadas pelas ONGs durante a ECO-92, ganhando destaque na mídia. Além disso, estimuladas pelas agências de cooperação foram realizados encontros e a formação de redes continentais, fatores que legitimaram o nome das ONGs, segundo Paz (2005),

A visibilidade e o reconhecimento dos trabalhos realizados por essas organizações mudam seu relacionamento com o Estado e o Mercado. Para Naves (2005), as ONGs vão desenvolvendo suas competências em identificar problemas, elaborar projetos e implementar ações junto à comunidade. Ao mesmo tempo, o Estado reconhece a eficiência de suas ações e identifica que, em alguns casos, as ONGs têm mais condições de desenvolver um trabalho junto às comunidades do que o próprio Estado. Nesse sentido, o reconhecimento estatal e a mudança de regime político impulsionaram as parcerias entre o Estado e as Organizações Não Governamentais. Esses acordos têm aumentado ao longo dos anos e despertado discussões em torno dessa relação, uma vez que se questiona até que ponto esses laços interferem na autonomia e independência dessas organizações.

A relação com as empresas privadas também mudou. Isso acontece, em parte, porque os consumidores estão valorizando as empresas que investem em projetos sociais. Assim, em casos de atividades que provoquem algum dano à sociedade, avaliariam positivamente aquelas empresas que implementam ações para reparar o estrago. Isso se concretiza na opção por produtos feitos por empresas que, além de zelar por sua qualidade, atuam com responsabilidade social. Essa mudança de comportamento dos consumidores estimula as parcerias entre ONGs e empresas. Para Naves (2005) o esperado é que os empresários cada vez mais tenham que trabalhar considerando essa variável:

A tendência é que, cada vez mais, o balanço das empresas contenha, além dos investimentos em ações sociais e na preservação do meio ambiente, dados sobre a diversidade dos seus funcionários (mulheres, negros, portadores de deficiências), sobre o código de ética e o serviço de atendimento ao consumidor. (Naves, 2005:573).

Ferreira (2005) destaca que a partir da década de 1980, as ONGs ganharam maior visibilidade devido a vários aspectos como a popularização do termo, o aumento do número de ONGs, a ampliação de suas áreas de atuação e o impacto dos trabalhos desenvolvidos sobre a sociedade. Inicialmente o que caracterizava as ONGs era se organizarem em torno de causas específicas, comprometidas com ideais de justiça e solidariedade, sendo o seu trabalho realizado por voluntários. Essa disposição não foi abandonada, mas tornou-se indispensável à contratação de profissionais tecnicamente preparados e profissionalmente remunerados, para que se obtivessem qualificações específicas para o andamento dos projetos.

O autor chama atenção para a invasão de organizações que não comungam dos mesmos princípios e usam o termo ONG para atender aos próprios interesses. Atribui esse fato à falta de fiscalização por parte dos órgãos públicos responsáveis e à inconsistência de legislação aplicável às organizações sem fins lucrativos em geral e às ONGs em especial. Neste sentido, Ferreira (2005) afirma:

Observa-se, entre as organizações que assumiram o título de ONG, uma grande variação em relação aos propósitos perseguidos, às formas de gestão adotadas e ao grau de institucionalização alcançado.[...] Existem ainda o que se poderia chamar de “pseudo-ONGs”, organizações que fogem totalmente aos diversos conceitos sobre ONGs, apresentando características como servir a propósitos pessoais, defender interesses político-partidários, gerar benefícios e vantagens para seus fundadores e atuar como terceirizadora de pessoal para o Estado, entre outros desvios.”(Ferreira, 2005:21).

Segundo Mendes (1999), o aumento da visibilidade das ONGs na década de 1980, esteve muito associada às questões relacionadas à cidadania. Atualmente, percebe-se o potencial do Terceiro Setor tanto no que diz respeito à prestação de serviços como na contratação formal de profissionais. Além disso, dados internacionais apontam para o potencial desse setor, mas o governo brasileiro não tem ainda informações confiáveis sobre o que acontece no Brasil.

Diante desse quadro, que evidencia a complexidade do universo das ONGs, percebeu-se que é uma área que requer um estudo mais detalhado e abrangente. Ao mesmo tempo, a temática é de difícil abordagem. É complicado delimitar o objeto de estudo e selecionar a amostra, partes fundamentais do desenho da pesquisa. Neste sentido, o site da Abong é fundamental por fornecer subsídio para a elaboração de um projeto da pesquisa.

Seção 3: O SITE DA ABONG COMO FONTE DE PESQUISA

A Abong foi criada em 10 de agosto de 1991. É uma sociedade civil sem fins lucrativos e segundo seu site reúne ONGs que lutam por democracia e direitos sociais. Ferreira (2005) aponta que a Associação tem como objetivo promover o intercâmbio e representar coletivamente as associadas junto ao Estado e aos demais atores da sociedade civil possibilitando a troca de experiências. Paz (2005), também, ressalta a representação coletiva e a maior inserção no campo político, crítico e de esquerda. No site da Abong consta que seus objetivos são:

[...] promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação da cidadania, a constituição e expansão de direitos, a justiça social e a consolidação de uma democracia participativa; consolidar a identidade das ONGs brasileiras e afirmar sua autonomia; defender o interesse comum das suas associadas e estimular diferentes formas de intercâmbio entre elas e com instituições similares de outros países; informar sobre a atuação de agências governamentais, internacionais e multilaterais de cooperação para o desenvolvimento; combater todas as formas de discriminação; ser um instrumento de promoção em âmbitos nacional e internacional das contribuições das ONGs frente aos desafios do desenvolvimento e da superação da pobreza.⁴

No site temos ainda acesso à carta de princípios⁵, onde estão registrados os objetivos e os compromissos assumidos com a sociedade brasileira, o plano trienal, os relatórios de atividade, o parecer dos auditores, a descrição de sua estrutura e de seus apoiadores. É possível encontrar as publicações e informações atuais sobre tema de interesse das associadas. Na seção “Associe-se”,⁶ há informações sobre os motivos para se associar à Abong.

⁴ Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acessado em 22 ago 2008.

⁵ Ver anexo II.

⁶ Ver anexo III e IV.

Formulário

No formulário, que será a base do banco de dados, encontram-se as seguintes informações:

1. Nome;
2. Sigla;
3. Endereço;
4. Telefone;
5. Endereço Eletrônico;
6. Página eletrônica;
7. CNPJ – não inseri esse dado no banco de dados;
8. Ano da fundação;
9. Origem;
10. Missão;
11. Principal âmbito de atuação e outros⁷;
12. Região de atuação; Anexar os códigos criados.
13. Faixa orçamentária;
14. Fontes de recursos;
15. Principais Beneficiários ou público alvo;
16. Áreas temáticas de atuação;
17. Utiliza trabalho voluntário;
18. Número de voluntários envolvidos;
19. Campos de articulação;
20. Projetos ilustrativos;
21. Principais publicações.

O formulário pode ser acessado em: “associadas/opção de busca”. A identificação pode ser feita a partir da sigla ou do nome da ONG.

A partir das informações contidas neste formulário o pesquisador pode contatar as 271 associadas. O cadastro é completo, porque todas as associadas responderam às seguintes perguntas: nome da ONG, sigla, endereço, telefone de contato. Além disso, 268 informaram o e-mail e 181 o endereço da página eletrônica.

⁷ Não trabalhei com a variável outro.

Na mesma seção há um recurso que auxilia na definição da amostra, trata-se do filtro por unidade da federação, região, área temática de atuação e público alvo. O processo é simples: basta selecionar o filtro/ a categoria/ ok. Em seguida aparecerá o nome e a sigla das ONGs relacionadas com o filtro selecionado. As possibilidades de cruzamentos são: unidade da federação X área temática de atuação, região X área temática de atuação unidade da federação X público alvo e região X público alvo. Ao escolher uma das combinações o pesquisador terá a relação com nome e a sigla das associadas com as características pretendidas. Para conhecer o perfil é preciso entrar em cada uma das ONGs relacionadas.

Reunir todas essas informações em um banco de dados proporcionará mais combinações e conseqüentemente mais condições de selecionar uma amostra com as características mais adequadas para a pesquisa.

Entretanto, como já foi mencionado, essas informações precisam ser trabalhadas para se transformarem em dados de pesquisa quantitativa. A utilização de métodos quantitativos pode transformar as informações disponibilizadas na ficha em dados capazes de descrever o perfil das ONGs associadas à Abong. É justamente isso que o presente trabalho procura oferecer, ou seja, uma ferramenta que contribua para o melhor conhecimento do Terceiro Setor utilizando as informações do site da Abong para testar sua eficácia.

Seção 4: BANCO DE DADOS

A seguir apresentaremos os procedimentos adotados para transformar as informações contidas no formulário em dados quantitativos.

Codificação

Ao optar por dar tratamento estatístico aos dados qualitativos, o pesquisador precisa transformar esses dados em números. Para isso é necessário elaborar um livro de códigos. Antes de iniciar a codificação das respostas é preciso identificar o grau de dificuldade de cada pergunta para decidir quais serão codificadas e quais serão apenas digitadas no banco de dados. Analisando o formulário dividimos nos seguintes grupos:

- As codificações mais fáceis de serem feitas apresentam categorias consensuais, tais como: cidade, bairro, UF, principal âmbito de atuação, região de atuação, utilização do trabalho voluntário.
- Novas variáveis: não agrupamos as variáveis: rede, conselho, fóruns, projetos ilustrativos e principais publicações. Neste caso, criamos uma nova variável com as seguintes opções de resposta: sim e não.
- Respostas que não foram codificadas: aquelas, cujas respostas são extensas e por isso requerem uma análise mais apurada. Não geramos nenhum tipo de estatística em relação a essas respostas, mas foram incluídas no banco de dados, de modo que podem ser trabalhadas posteriormente. São elas: origem e missão.
- Cadastro: as informações referentes a identificação, com exceção de Estado, foram digitadas, para fim de seleção de amostra e identificação dos entrevistados.
- A seguir relacionamos as variáveis que foram recodificadas⁸:

⇒ Qual é o ano de fundação da ONG?

1. até 1970;
2. 1971 a 1980;
3. 1981 a 1990;

⁸ Para nomear as categorias e agrupá-las utilizamos como referencia o livro da Abong: ONGs no Brasil - Perfil das associadas à Abong.

4. 1991 a 2000;

5. 2001 a 2002.

⇒ Qual (is) a(s) fonte(s) de recurso da ONG?

- Recursos nacionais;
- Recursos internacionais;
- Recursos nacionais e internacionais.

⇒ Regiões

⇒ Quem são os principais beneficiários ou público alvo?⁹

Neste caso, fiz uma recodificação para diminuir o número de categorias e assim ter uma tabela de cruzamento com resultados mais claros. Por não ter nenhuma referência que embasasse a criação de novas categorias, utilizei a frequência para descobrir as variáveis com os menores valores, e assim definir quais respostas deveriam ir para a categoria “outros”.

A relação das respostas e seus respectivos códigos geralmente ficam registrados no livro de código, instrumento utilizado para a codificação das respostas. Neste trabalho, visando atualização dos dados das associadas à Abong e a inserção de outras organizações, resolvi apresentar em formato de questionário¹⁰.

⁹ Voltarei a essa questão quando analisar os dados.

¹⁰ Ver anexo.

Apresentação do livro de código

Um questionário de pesquisa quantitativa é composto por perguntas fechadas e abertas. No primeiro caso, o pesquisador relaciona às respostas possíveis e atribui um código, enquanto no segundo caso há um espaço para registrar tudo que o entrevistado disser. Quanto às respostas, podem ser únicas ou múltiplas. Conhecer as características de cada pergunta é essencial para a definição das variáveis no banco de dados.

No formulário da Abong todas as respostas são abertas. Por isso, foi preciso analisar cada pergunta para decidir quais poderiam ser fechadas para a realização deste trabalho e quais seriam apenas digitadas no banco, para serem codificadas em outro momento. Entre as perguntas que podem ser fechadas, há quatro que permitem ao entrevistado responder mais de uma opção.

Sendo os dados secundários, a decisão do pesquisador se restringe a identificar o potencial das informações e a descobrir o que é preciso fazer, para que esses dados brutos, no caso, se transformem em dados capazes de descrever o perfil das associadas à Abong. Então, em cada estágio é preciso dispor de instrumentos que possam auxiliar na compreensão das características e do potencial dos dados. E, com isso, vislumbrar a possibilidade de fazer outras pesquisas para alimentar o banco de dados.

Desse modo, decidi transformar o formulário em questionário. A junção desses dois instrumentos resulta no livro de código e na definição da estrutura do banco de dados, além de possibilitar, com os devidos ajustes nos enunciados, que esse questionário possa ser reaplicado. Em seguida, descreverei as etapas de codificação dos dados. Posteriormente essa relação de códigos será incluída no questionário. Finalizarei apontando a formatação da pergunta, segundo sua característica mais adequada, visando à compreensão da estrutura do banco de dados, e para melhor utilização dessa ferramenta, e à aplicação de questionário.

Elaboração do código

- ⇒ Abrir um arquivo no excel
- ⇒ Criar uma pasta para cada pergunta
- ⇒ Nomeá-las conforme o número da pergunta
- ⇒ Acessar cada formulário no caminho:
 1. <http://www.abong.org.br/>
 2. Associadas/perfil das associadas/índice das ONGs ass. a ABONG por sigla/associada por sigla
- ⇒ Copiar e colar cada resposta nas respectivas pastas no excel
- ⇒ Por em ordem alfabética
- ⇒ Definir os códigos das respostas

Formatação das perguntas

O conteúdo dos enunciados foi mantido, apenas acrescentei pronomes e sinais interrogativos. Todas as perguntas foram numeradas. A seguir a formatação das perguntas:

- **Pergunta aberta:**

Inseri linhas para escrever a resposta e a opção 99, que significa “não respondeu”.

- **Pergunta fechada:**

Resposta única: inserir as opções de respostas e os respectivos códigos abaixo da pergunta.

Resposta múltipla: o Spss¹¹ não aceita que uma pergunta tenha mais de uma resposta. Por isso, é necessário transformar cada opção de resposta em uma pergunta com resposta única. Então, para cada resposta, haverá uma variável.

O resultado desse processo é uma ferramenta adequada para a codificação dos formulários e a elaboração do banco de dados. O processo de construção do banco de dados parece trivial, mas a forma como as variáveis são definidas no banco de dados condicionará o tipo de informação que poderá ser obtida através das estatísticas.

¹¹O pacote estatístico utilizado na análise de dados.

Digitação do questionário

- ⇒ Codifiquei¹² e digitei todas as respostas no excel
- ⇒ Transferi para o Spss
- ⇒ Imprimi e numerei todos os formulários

No programa Spss há várias funções estatísticas. Para efeito de demonstração desse produto utilizamos as opções de “frequência” e “cruzamento”, embora o programa ofereça outras funções estatísticas, para descrever as variáveis.

¹² Atribui código 99 para todas as perguntas sem resposta.

Seção 5: ANÁLISE DE DADOS

Nessa seção, apresentarei os resultados que busca descrever o perfil das Associadas à Abong.

Ano da Fundação

Estudar as ONGs fundadas em diferentes épocas pode explicar o que acontece neste campo. A literatura mostra que essas organizações são influenciadas pelo contexto social. As primeiras ONGs surgiram durante a ditadura militar como uma estratégia para sobreviver à repressão, mas continuaram após esse período, redefinindo seu papel e sua relação com os outros atores sociais.

Tabela 1 Data de criação das ONGs

Períodos	N	%
Até 1970	9	4,5
1971 a 1980	25	12,4
1981 a 1990	94	46,8
1991 a 2000	70	34,8
2001 a 2002	3	1,5
Total	201	100
Não Respondeu	70	
Total	271	

Nesta tabela observamos que a maioria das associadas (63,7%) foi fundada há 18 anos ou mais. Sendo que 46,8% foram criadas entre os anos de 1981 a 1990, fase de redemocratização do país. Entre 1991 a 2000, período em que as ONGs obtêm visibilidade e reconhecimento dos trabalhos realizados, foram fundadas 34,8% das associadas.

Esses números estão relacionados ao aumento desse tipo instituição na década de 1990. Podemos relacionar vários motivos tais como: inclusão de novos temas na agenda, as parcerias com o Estado e as Empresas Privadas multiplica o número de projetos, oportunidade de criação de emprego e a possibilidade de aumentar o capital político.

Outro ponto que chama atenção é o fato de que apenas três ONGs se associaram a Abong a partir de 2001. Isto está relacionado aos critérios de filiação, que entre outras exigências, só aceita associar aquelas que comprovem pelo menos dois anos de experiência.

Ao examinar as variáveis origem e missão¹³ das associadas à Abong, observamos vários registros que associam a origem à iniciativa de pessoas ou instituições que buscavam uma sociedade mais justa. Muitos afirmam que sua missão é defender os direitos humanos, promover a educação, formar lideranças e movimentos sociais. Ao analisar as respostas dessas perguntas verificamos que essas organizações têm em comum o trabalho em prol do fortalecimento da democracia e cidadania.

Região

Para que as ONGs possam contribuir com uma sociedade democrática é fundamental que atuem em todas as regiões do país. As próximas tabelas mostram onde ficam as sedes dessas organizações, qual a região de atuação e o âmbito de atuação das associadas.

Tabela 2 Região sede

Região	N	%
Sudeste	106	39,1
Nordeste	103	38,0
Sul	23	8,5
Norte	20	7,4
Centro-Oeste	19	7,0
Total	271	100

A tabela 2 aponta que há uma pequena diferença entre as regiões com maior número de sedes. A região Sudeste (39,1%) tem o maior número, seguido do Nordeste com (38,0%). As demais têm um número de sedes bem menor, comparada com as duas primeiras, mas semelhantes entre si. As regiões mais populosas têm maior número de sedes. A região Norte (7,4%) apresenta o menor percentual. Das 19 sediadas na região, 13 estão localizadas no Pará,

¹³ As variáveis origem e missão não foram codificadas, mas estão disponíveis no banco de dados para análise.

Os Estados do Rio de Janeiro (18,8%) e São Paulo (18,8%) são os Estados com maior número de sedes, seguido de Pernambuco com (12,9%). Amapá, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul possuem apenas uma sede.

Tabela 3 Estado

Estado	N	%
RJ	51	18,8
SP	51	18,8
PE	35	12,9
BA	25	9,2
CE	19	7,0
PA	13	4,8
RS	13	4,8
DF	8	3,0
MT	7	2,6
MA	6	2,2
PB	6	2,2
PR	6	2,2
RN	6	2,2
SC	4	1,5
TO	4	1,5
GO	3	1,1
MG	3	1,1
PI	3	1,1
SE	3	1,1
AC	2	0,7
AP	1	0,4
ES	1	0,4
MS	1	0,4
Total	271	100

Vale lembrar que os trabalhos desenvolvidos por essas organizações ultrapassam a fronteira geográfica. Como ressalta Ciconello (2006):

[As ONGs] atuam tanto em projetos específicos em uma base territorial delimitada [...] como realizam pesquisas, produzem publicações, realizam assessorias, consultorias e seminários, influenciam políticas públicas locais e nacionais e também fazem parte de articulações político-estratégicas nacionais e internacionais. (Ciconello, 2006:10).

Além disso, os dados da tabela 4 evidenciam que o campo de atuação das ONGs não fica restrito à região sede. A distribuição da variável âmbito de atuação mostra que o número de associadas atuando é maior que o número de sede. Na região Sudeste estão sediadas 106 ONGs (39,1%), enquanto o Nordeste tem 103 (38,0%). No entanto, como pode ser observado na tabela Região de atuação, 60,5% das filiadas à Abong atuam no Nordeste e 47,2% Sudeste. Esses percentuais são superiores a quantidade de sede. Isso confirma que o trabalho dessas organizações ultrapassa o espaço geográfico.

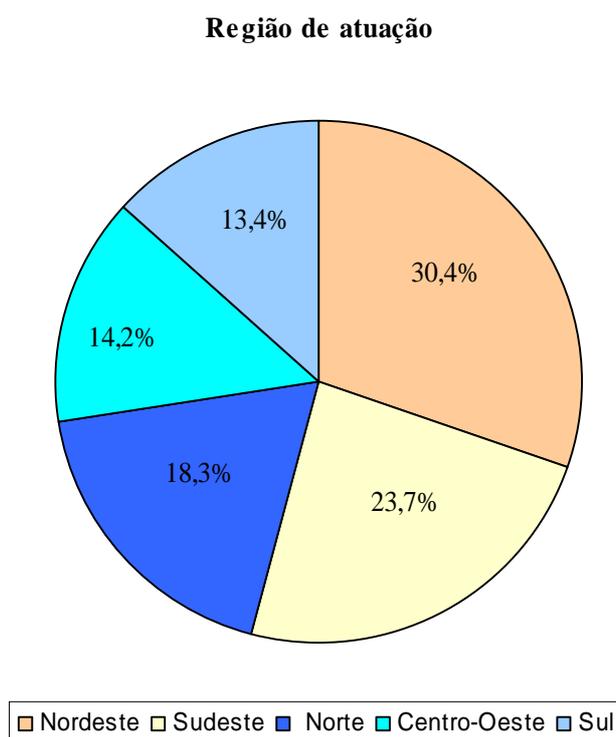
Tabela 4 Região de atuação¹⁴

Região	%
Nordeste	60,5
Sudeste	47,2
Norte	36,4
Centro-Oeste	28,2
Sul	26,7

¹⁴ A tabela é resultado de uma pergunta com múltipla resposta, então o percentual refere-se à resposta sim, por esse motivo não soma 100% .

Com objetivo de visualizar melhor essa distribuição, considerou-se as 338 respostas como o total de ONGs e rodou-se uma nova frequência. Os resultados podem ser observados no gráfico abaixo:

Gráfico 1



Examinado os dados¹⁵, nota-se que há pouca diferença entre as regiões. O Centro-Oeste que aparece com menor número de sedes (7,0%) é atendido por 14,2% das associadas. Por outro lado, a região Sudeste sedia (39,1%) é assistida por 23,7 % das associadas à Abong. Isso acontece porque a maioria das associadas exerce suas atividades em âmbito nacional (36,9%), como indica a próxima tabela:

¹⁵ Comparação entre o gráfico 1, região de atuação, e tabela 2, região sede.

Tabela 5 Âmbito de atuação

Principal âmbito de atuação	N	%
Nacional	66	36,9
Estadual	60	33,5
Municipal	37	20,7
Regional	15	8,4
Internacional	1	0,6
Total	179	100
Não respondeu	92	
Total	271	

As ONGs sediadas no Sudeste são as que mais atuam a nível nacional (61,0%). Embora a diferença de sedes entre o Sudeste e o Nordeste seja pequena, ou seja, três sedes, não é muito expressiva a presença de ONGs nordestinas no âmbito nacional. Isso fica muito claro, pois apenas (14,3%) exercem suas atividades fora da região. A única sede que atua em âmbito internacional está localizada em São Paulo.

Tabela 6 Principal âmbito de atuação por Região sede

		Estadual	Municipal	Regional	Nacional	Internacional	Total
Sul	N	1	7	1	4	0	13
	%	7,7	53,8	7,7	30,8	0,0	100
Sudeste	N	13	13	3	47	1	77
	%	16,9	16,9	3,9	61,0	1,3	100
Centro-Oeste	N	3	1	4	6	0	14
	%	21,4	7,1	28,6	42,9	0,0	100
Nordeste	N	36	11	7	9	0	63
	%	57,1	17,5	11,1	14,3	0,0	100
Norte	N	7	5	0	0	0	12
	%	58,3	41,7	0,0	0,0	0,0	100
Total	N	60	37	15	66	1	179
	%	33,5	20,7	8,4	36,9	0,6	100

Área temática

Conhecer o campo de atuação das ONGs permite identificar se suas atividades estão mais voltadas para a prática assistencialista ou para formação de cidadãos. A variável área temática de atuação é composta por 22 categorias em que cada associada pode indicar mais de um tema. Como veremos na tabela 7, as associadas priorizam a educação (13,6%), Organização popular (12,0%), Justiça e promoção de direitos (9,3%). A eleição desses temas como prioritários indica que o foco dessas ONGs é o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Tabela 7 Área temática de atuação

Áreas temáticas de atuação	N	%
Educação	93	13,6
Organização popular/ participação popular	82	12,0
Justiça e promoção de Direitos	64	9,3
Relação de gênero e discriminação sexual	54	7,9
Fortalecimento de outras ONGs/ Movimentos populares	50	7,3
Trabalho e Renda	45	6,6
Saúde	43	6,3
Meio Ambiente	42	6,1
Arte e Cultura	27	3,9
Comunicação	27	3,9
DST /AIDS	26	3,8
Agricultura	25	3,6
Assistência Social	20	2,9
Questões Urbanas	20	2,9
Questões agrárias	15	2,2
Desenvolvimento da economia regional	14	2,0
Discriminação racial	12	1,8
Orçamento Público	9	1,3
Segurança Pública	7	1,0
Relações de consumo	6	0,9
Comércio	3	0,4
Segurança Alimentar	1	0,1
Total ¹⁶	685	100

As associadas trabalham, em média, com 4 campos de atuação. A tabela abaixo mostra que apenas (4,0%) das ONGs dedicam-se a uma única área temática.

¹⁶ As ONGs poderiam responder mais de uma área. Por isso, considerou-se o número de respostas (685) e não o tamanho da população (271).

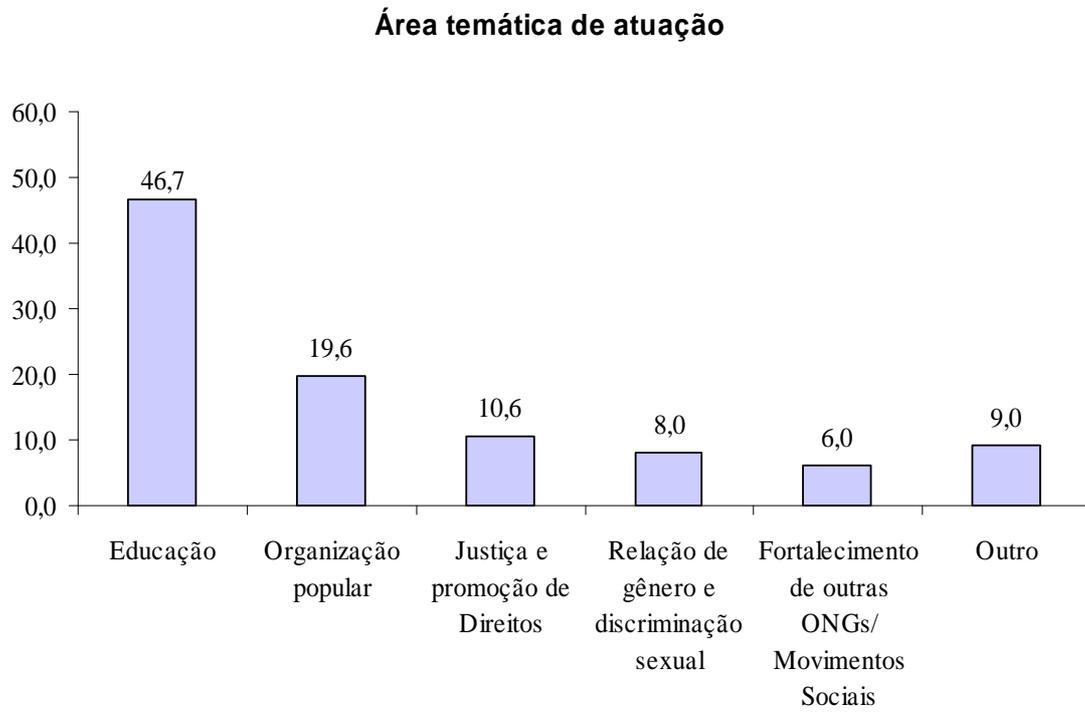
Tabela 8 Número de áreas de atuação por ONG

Número	N	%
1	8	4,0
2	23	11,6
3	119	59,8
4	20	10,1
5	10	5,0
6	6	3,0
7	5	2,5
8	3	1,5
9	2	1,0
10	2	1,0
11	1	0,5
Total	199	100,0
Não respondeu	72	
Total	271	

Tendo em vista que as combinações são muitas, para ter mais clareza sobre a importância atribuída aos temas prioritários, foi criada uma nova variável¹⁷, mantendo-se as cinco categorias com maior frequência e agrupando as demais na categoria outro.

Dessa maneira, é possível avaliar o peso dessas categorias no universo das associadas à Abong. Ao compararmos os dados, percebeu-se que o ranking não foi alterado, o que mudou foi o percentual de cada categoria. Isso implica dizer que as associadas priorizam os temas ligados ao fortalecimento da democracia e da cidadania, tais como: educação, participação e direito, sendo a educação a área temática de (46,7%) das associadas.

¹⁷ Para transformar essa variável múltipla em única foram selecionadas as cinco categorias com maior frequência e criada a categoria outro. Então cada associada só poderia estar relacionada a uma dessas categorias. Como a maioria afirmou atuar em mais de uma área, o procedimento para selecionar a resposta que seria considerada nessa nova variável foi relacionar as respostas de cada ONG e escolher aquela que foi priorizada por todas as ONGs. Por exemplo, se a associada respondeu educação (13,6%) e organização popular (12,0%), a resposta educação foi registrada e organização popular foi descartada. Quando a resposta não estava entre as categorias selecionadas foi computada em outro.

Gráfico 2

Público Alvo

O público alvo das Organizações Não Governamentais é diversificado. Quem se destaca são as Organizações do Terceiro Setor como: Organizações Populares/ Movimentos Sociais (18,0%) e outras ONGs (8,1%). Em seguida as Mulheres (14,2%). Os portadores de necessidades especiais e Terceira idade, ambos com o percentual de (0,9%), foram os que apresentaram menor frequência.

Tabela 9 Público alvo

Beneficiários	N	%
Organizações Populares/ Movimentos Sociais	125	18,0
Mulheres	99	14,2
Crianças e adolescentes	91	13,1
População em geral	61	8,8
Outras ONGs	56	8,1
Trabalhadores (as) Rurais/ Sindicatos Rurais	52	7,5
Professores (as)	45	6,5
Estudantes	39	5,6
Negros (as)	31	4,5
Moradores (as) de áreas de ocupação	25	3,6
Trabalhadores (as) Urbanos (as) / Sindicatos Urbanos	21	3,0
Portadores (as) de HIV	19	2,7
Povos Indígenas	11	1,6
Gays e lésbicas	8	1,2
Portadores (as) de necessidades especiais (físicas e mentais)	6	0,9
Terceira idade	6	0,9
Total	695	100

Os dados dos beneficiados pelas ONGs devem ser relativizados, pois cada ONG tem em média, 3,5 beneficiários. As combinações são múltiplas, vide a tabela 10.

Tabela 10 Número de beneficiários por associada

Número	N	%
1	8	4,0
2	29	14,6
3	114	57,6
4	13	6,6
5	12	6,1
6	9	4,5
7	1	0,5
8	5	2,5
9	1	0,5
10	4	2,0
12	1	0,5
13	1	0,5
Total	198	100
Não respondeu	73	
Total	271	

Examinando esses dados, percebemos que as ONGs dirigem-se à comunidade como palco de ação e ao movimento social como meio para realizar as transformações almejadas abrindo espaço para uma maior visibilidade do tema e da ação das mulheres.

No início o que mais mobilizava as pessoas eram as questões relativas aos problemas do bairro e as mulheres tinham mais intimidade com esse tema do que os homens, porque estes ficavam mais tempo no trabalho do que em casa. Além disso, nas grandes cidades, o trabalho geralmente era distante das residências. Em vista disso, as mulheres acabaram

atuando mais que os homens, e inserindo suas questões. Nas Igrejas Católicas¹⁸, segundo Fernandes (1994), a mola propulsora dos movimentos sociais eram as mulheres, tendo inclusive muitas freiras, exercendo a função de agente pastoral.

¹⁸ Fernandes (1994) afirma que a Igreja Católica expulsa dos círculos do poder e precisando aumentar o número de fiéis na Igreja volta-se para as comunidades. Para fortalecer a Igreja são criadas as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs). A ação consistia em reunir pequenos grupos para discutir questões do cotidiano, tendo a bíblia como base.

Equipe

A realização desse trabalho envolve um grande número de pessoas. Desse modo, o perfil daqueles que estão envolvidos nessas atividades é uma das formas de identificar o tamanho dessas organizações e a habilitação para atuar na área temática. Por esse motivo é fundamental saber quantas pessoas trabalham na área, qual a forma de contratação e a qualificação dessa equipe.

Na página Eletrônica da Abong não há dados suficientes para traçar o perfil daqueles que trabalham nessas organizações, apenas o percentual e o número de voluntários por organização. (71,6%) das organizações trabalham com voluntários. O número varia de 1 a 1200 voluntários, sendo que (50,5%) delas trabalham com até 6 voluntários.

Tabela 11 Trabalho voluntário

Trabalho voluntário	N	%
Sim	116	71,6
Não	46	28,4
Total	162	100
Não respondeu	109	
Total	271	

Financiamento

O financiamento é uma questão importante porque está relacionada com a independência e autonomia dessas organizações. Os serviços que as ONGs prestam são caros e não são cobrados ao público alvo, o que torna inviável a auto-sustentação. Por isso é indispensável à captação de recursos.

Os recursos internacionais e públicos são motivos de questionamentos. Em relação aos primeiros, Ferreira afirma:

Uma das críticas que têm sido dirigidas às ONGs é que elas se deslocam, muitas vezes, do discurso da mudança social e direitos humanos para se transformarem em instrumentos da agenda neoliberal promovida pelo poder hegemônico do eixo Europa-EUA. Ao prestar ajuda ao desenvolvimento de um país, órgão ou entidade repassador de recursos incorpora um modelo, uma concepção de desenvolvimento, que normalmente está de acordo com as estratégias dos países doadores e não dos receptores. (FERREIRA, 2005:50).

Paz (2005) aborda a parceria feita com o Estado:

E se, por um lado, o acesso a recursos públicos nas diferentes esferas de governo significou uma opção política pela disputa de projetos no Estado democrático e também de alternativa de sobrevivência institucional, por outro lado colocou dilemas e conflitos sobre a preservação de sua identidade e autonomia política, assim como pôs em questão o papel e o lugar das ONGs na sociedade brasileira. (Paz, 2005:10).

Uma saída para amenizar esse problema é ter várias fontes de recursos, porque isso gera mais liberdade de ação e conseqüentemente a preservação de sua identidade e autonomia política. As associadas apresentam 10 tipos de captação de recursos, conforme mostra a próxima tabela.

Tabela 12 Fonte de Recurso

Fonte	N	%
Agências Internacionais de Cooperação ¹⁹	158	23,2
Comercialização de produtos e venda de serviços	85	12,5
Órgãos governamentais federais	76	11,2
Doações de indivíduos	75	11,0
Empresas, Fundações ou Institutos empresariais brasileiros	68	10,0
Órgãos governamentais municipais	52	7,6
Contribuições associativas	41	6,0
Órgãos governamentais estaduais	41	6,0
Agências Multilaterais e Bilaterais ²⁰ .	21	3,1
Outras fontes de financiamento	64	9,4
Total	681	100

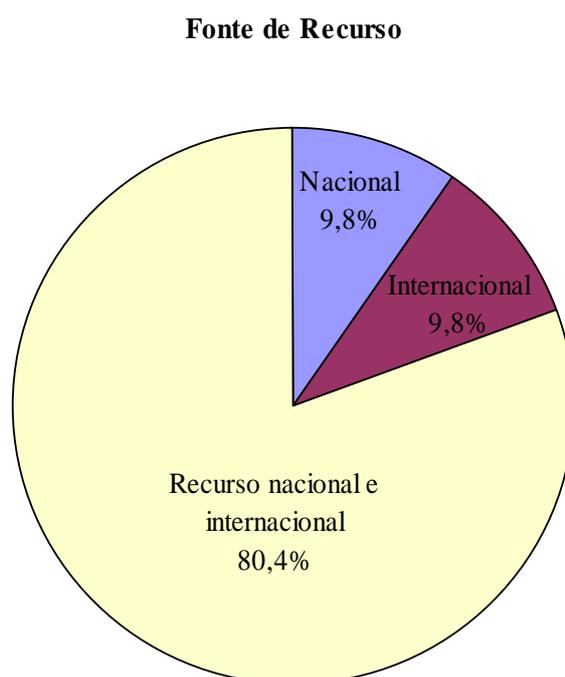
A principal fonte de financiamento são as agências Internacionais de Cooperação (23,2%). Em segundo lugar, a comercialização de produtos e vendas de produtos (12,5%). Em terceiro, o governo federal (11,2%). Ao longo do tempo houve uma diversificação, pois no início eram financiadas basicamente por entidades internacionais. Atualmente, o governo, empresas e indivíduos participam e algumas associadas estão gerando seus próprios recursos.

¹⁹ Elas “[Agências internacionais de cooperação] são, em geral, autônomas com relação aos governos de seus países de origem e, historicamente, sempre desempenharam um importante papel no financiamento de projetos das organizações associadas à Abong. São sediadas em países desenvolvidos, majoritariamente na Europa e na América do Norte e destinam recursos para projetos que têm como finalidade o combate à pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades sociais. (Ciconello,2006:16-17) .

²⁰ [Agências Multilaterais e Bilaterais] que são órgãos de cooperação dos governos de diversos países [...]. Há também uma diferença importante entre as agências bilaterais e multilaterais de cooperação, sendo que as primeiras representam de países específicos, enquanto as agências multilaterais englobam uma multiplicidade de nações com objetivos ligados à cooperação e ao desenvolvimento. (Ciconello,2006:16)

Gráfico 3

O gráfico²¹ a seguir mostra que não há predominância de recursos nacionais e internacionais, sendo que 80,4% das associadas acessam os dois tipos de recursos.



Ao comparar as ONGs que recebem somente um tipo de financiamento, observa-se que o Sudeste é a região que mais recebe recursos nacionais. Isso pode ser explicado pelo fato de ser a região mais rica do país. Já a região Norte atrai mais recursos internacionais.

²¹ Essa pergunta apresentou 97 não respostas. Sendo 87 por decisão do entrevistado e 11 respostas não foram classificadas porque estavam inseridas na categoria outro.

Tabela 13 Fonte de recurso por Região

		Recurso nacional	Recurso internacional	Recurso nacional e internacional	Total
Sul	N	1	0	12	13
	%	7,7	0,0	92,3	100
Sudeste	N	11	4	53	68
	%	16,2	5,9	77,9	100
Centro-Oeste	N	1	1	8	10
	%	10,0	10	80	100
Nordeste	N	3	8	60	71
	%	4,2	11,3	84,5	100
Norte	N	1	4	7	12
	%	8,3	33,3	58,3	100
Total	N	17	17	140	174
	%	9,8	9,8	80,5	100

Quando agrupamos por Nacional e Internacional, notamos que não há diferença entre elas. Para maior compreensão dessa dimensão é necessário disponibilizar as seguintes informações: o percentual de cada doador em relação ao orçamento da ONG, e a relação dos projetos e a origem do financiamento.

Em relação à faixa orçamentária, 30% das ONGs possuem R\$ 1.000.001 ou mais para realizar suas atividades, e 5,6% trabalham com o orçamento inferior a R\$ 50.000,00.

Tabela 14 Faixa orçamentária

Faixa orçamentária	N	%
Menos de R\$ 50.000	9	5,6
De R\$ 50.001 a R\$ 100.000	10	6,3
De R\$ 100.001 a R\$ 300.000	29	18,1
De R\$ 300.001 a R\$ 600.000	33	20,6
De R\$ 600.001 a R\$ 1.000.000	30	18,8
R\$ 1.000.001 ou mais	49	30,6
Total	160	100,0
Não respondeu	111	
Total	271	

Para verificar como esses recursos estão distribuídos entre as regiões que possuem sede, foi feito um cruzamento entre as variáveis: região sede e faixa orçamentária. Examinado esses dados, constata-se que nas regiões Sudeste (37,7%) e Centro-Oeste (36,4%) predominam a faixa orçamentária com R\$ 1.000.001 ou mais. No Sul encontra-se mais ONGs com orçamentos de R\$ 100.001 a R\$ 300.000,00. Na região Nordeste as faixas que apresentam maior frequência são: De R\$ 300.001 a R\$ 600.000 e R\$ 1.000.001 ou mais. A maioria das associadas do Norte trabalham com orçamentos de R\$ 100.001 a R\$ 300.000 ou de R\$ 300.001 a R\$ 600.000.

Tabela 15 Faixa orçamentária por Região

Região		Menos de R\$ 50.000	De R\$ 50.001 a R\$ 100.000	De R\$ 100.001 a R\$ 300.000	De R\$ 300.001 a R\$ 600.000	De R\$ 600.001 a R\$ 1.000.000	R\$ 1.000.001 ou mais	Total
Sul	N	0	2	4	2	2	2	12
	%	0,0	16,7	33,3	16,7	16,7	16,7	100
Sudeste	N	6	2	8	7	15	23	61
	%	9,8	3,3	13,1	11,5	24,6	37,7	100
Centro-Oeste	N	1	1	2	2	1	4	11
	%	9,1	9,1	18,2	18,2	9,1	36,4	100
Nordeste	N	2	3	12	19	11	19	66
	%	3,0	4,5	18,2	28,8	16,7	28,8	100
Norte	N	0	2	3	3	1	1	10
	%	0,0	20,0	30,0	30,0	10,0	10,0	100
Total	N	9	10	29	33	30	49	160
	%	5,6	6,3	18,1	20,6	18,8	30,6	100

Articulação política

Segundo Ciconello (2006), há duas formas de articulação política. Na primeira, conselhos, conferência e comitês são institucionalizados. Trata-se de um espaço de luta política em relação ao Estado pela universalização de direitos. Na segunda, redes e fóruns, em sua maioria, não são institucionalizados. Nesses espaços os atores do 3º setor se reúnem para discutir suas diferenças e trocarem experiência e se fortalecerem visando a um objetivo comum.

Essa forma de ação em coletivos mais amplos representa uma estratégia de buscar maior unidade, acumulando maior força política dentro da sociedade civil para impulsionar processos de transformação social. É uma forma de evitar a fragmentação de iniciativas, agregando diferentes saberes, experiências, estratégias e potencialidades institucionais para causas e lutas comuns. Além disso, são espaços privilegiados para o debate e a pactuação de estratégias comuns para a ação política, entre diferentes sujeitos localizados em diferentes posições sociais. (Ciconello,2006:16).

No banco de dados estão relacionados os conselhos, redes e fóruns que as associadas participam. Mais da metade (60,9%) das associadas atuam em 1 desses espaços, que são distribuídas da seguinte forma: 38,0% participam de uma dessas opções, 7,7% de duas e 15,1% das três. Como pode ser observado na tabela 16, as associadas participam mais dos espaços não institucionalizados, em especial, as redes (59,5%).

Tabela 16 Articulação Política

	N	%
Rede	160	59,5
Fóruns	56	20,8
Conselho	53	19,7
Total	269	100

Projetos Ilustrativos e Publicações

Na página da Abong estão relacionados os projetos ilustrativos e as publicações. Observa-se que 59,3% das associadas registraram informações gerais sobre os projetos e 40,7% sobre suas publicações.

Tabela 17

Projetos Ilustrativos e Publicações		
	N	%
Projetos ilustrativos	146	59,3
Publicações	100	40,7
Total	246	100

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho mencionamos que há demanda por dados que descrevam o perfil das organizações que compõem o Terceiro Setor. Existem várias perguntas formuladas e pesquisadores que se debruçam sobre esse tema buscando respostas. Ao transformar as informações divulgadas na Abong em dados quantitativos, meu objetivo é apresentar uma ferramenta para o estudo dessas organizações reunindo técnicas e informações disponíveis para descrição desse universo.

Os dados disponíveis referem-se às associadas à Abong. Isso é uma limitação à medida que esse grupo não é representativo do universo das ONGs e muito menos do Terceiro Setor. Mas para o desenvolvimento de uma ferramenta é adequado, porque proporcionou elementos fundamentais para a elaboração de uma pesquisa e assim pudemos contar com um cadastro com todas as organizações, informações sobre a Abong, conceito de ONG e critérios de filiação, para a delimitação precisa do objeto. Além disso, atenuou a heterogeneidade, característica desse universo, permitindo testar o poder descritivo das variáveis.

A seguir, apresento o conceito de ONG definido pela Abong. Depois a relação entre o conceito e os dados apresentados no capítulo anterior. Por fim, observações sobre as limitações e utilidade que essa forma de apresentação dos dados nos oferece.

Há vários conceitos para definir uma Organização Não Governamental. Neste trabalho, como mencionado, utilizou-se o conceito da Abong que diz:

ONGs são as organizações da sociedade civil empenhadas no fortalecimento da cidadania e democracia, mas que não têm um caráter de representação de um determinado grupo social ou de prestação de serviços filantrópicos a uma determinada comunidade, tendo como objetivo fundamental contribuir para a consolidação de uma sociedade democrática, justa e igualitária e estimular a participação e a solidariedade. (FERREIRA, 2005:21)

Ao relacionar esse conceito com os dados apresentados encontramos indícios de que o banco de dados, construído a partir das informações disponibilizadas na Abong, mostrou-se ser uma ferramenta adequada para descrição deste universo. Isto porque há associação entre as variáveis e o conceito de ONG definido pela Abong.

Os dados apontam que são ONGs que lutam pelo fortalecimento da cidadania e democracia. Em relação ao financiamento de suas atividades, constatamos que há várias fontes, e não há predominância de fonte de recursos nacionais ou internacionais. Essas características contribuem para a liberdade de ação, ou seja, maior poder de decisão de onde e como atuar.

O público alvo dessas ONGs é diversificado e tem como temas prioritários, educação, direitos e movimentos populares, todos relacionados com o fortalecimento da cidadania e da democracia. Por um lado, desenvolve inúmeros trabalhos em comunidades, tem sedes em todas as regiões brasileiras, sinalizando que ao implementar suas atividades, estão atentas à demandas locais. Mas suas atividades não se restringem ao trabalho junto à comunidade, pois reúnem-se com outros atores sociais, nos conselhos paritários, visando à universalização e nacionalização dos direitos. Estão, por isso mesmo, presentes nas redes e fóruns, interagindo com outras organizações do Terceiro Setor e somando esforços em torno de objetivos comuns.

A análise, dos dados, empreendida por este trabalho indica que há relação entre essas variáveis e o conceito de ONG definido pela Abong: as associadas apresentam características que estão de acordo com o conceito e apresentam convergência de temas e objetivos. No entanto, como esse resultado não é representativo do universo das Organizações Não Governamentais, é possível que ao inserir dados de outras organizações cheguemos a outro conceito de ONG. Além disso, alguns dados nos levaram a questionar a eficácia desse banco de dados na descrição do perfil das associadas à Abong. E nesse aspecto, gostaria de destacar alguns pontos.

As ONGs não são auto-sustentáveis, dependem da aprovação de projetos para sobreviverem. Então, a configuração dessas organizações muda de acordo com as parcerias estabelecidas. Como vimos, elas possuem diferentes áreas temáticas e beneficiários, a priorização do tema ou público alvo, em determinado momento, pode estar muito mais associada às questões externas do que ao poder de decisão das ONGs. Neste sentido, devemos questionar dois pontos desse banco de dados.

O primeiro refere-se à falta da data de preenchimento e atualização dos dados. Essa informação é indispensável porque os dados retratam o momento atual, e como mencionado, o planejamento pode ser alterado. E a atualização das informações apontará essas mudanças. Sendo assim, o mais apropriado é datar e registrar as duas informações no mesmo banco de dados, possibilitando a comparação ao longo do tempo. Deste modo, ampliará o conhecimento nesta área.

A segunda questão que deve ser observada é o fato dos nomes e dados serem divulgados na internet, tornando-o acessíveis a qualquer pessoa que se interesse pelo tema, podendo influenciar as respostas. Visto que o que for divulgado irá contribuir para a imagem da instituição. Verificamos que todas as ONGs responderam as perguntas que se refere à identificação. Mas 17,3% não responderam as demais perguntas. Sendo que a taxa de não resposta aumenta quando observamos cada pergunta. Não responderam a questão sobre fonte de recurso 31,7%. Quando perguntados sobre trabalho voluntários 40,2%, optou por não responder. Em relação à faixa orçamentária a o percentual chegou 41,0%.

Esses percentuais podem significar receio por parte de algumas ONGs, de publicar os dados. Uma pesquisa, com essas instituições, para saber o motivo que as levaram a não disponibilizar seus dados podem nos indicar os caminhos para diminuir essa taxa de não resposta.

Outro ponto questionável dessa ferramenta refere-se aos enunciados, já que estes são, em sua maioria, muito abrangentes. Por exemplo, dizer que o tema principal é educação não nos remete necessariamente à promoção da cidadania, pois dependerá de como cada organização implementará o projeto. Também ocorre a mesma imprecisão quanto às categorias apresentadas, não se podendo definir cada uma independentemente de outra, pois uma categoria poderá estar incluída nas demais. Por exemplo, uma associada que respondeu que a área temática de atuação é organização popular, pode desenvolver esse tema através de um outro, a educação.

As perguntas sobre fonte de financiamento, público alvo, e área temática de atuação poderiam ser desdobradas, ter outra pergunta a seguir onde o entrevistado deveria dizer, pensando nos projetos em andamento, qual a principal área de atuação, ordenar as principais fontes de recursos, e qual o público alvo mais beneficiado no momento. Ter pergunta com respostas únicas permitiria mais cruzamentos entre variáveis.

A ferramenta é útil porque descreve o perfil das associadas e levanta uma série de questões. Algumas podem ser resolvidas com o acréscimo de mais perguntas no formulário. Outras podem ser aprofundadas através dos métodos qualitativos, como por exemplo, a operacionalização das atividades desenvolvidas pelas ONGs. Obter informações sobre como os temas são desenvolvidos nos dará embasamento para afirmar, com mais precisão, que essas organizações atuam de acordo com o conceito da Abong.

A elaboração desse banco de dados nos revelou que muitas questões não ficam tão evidentes ao consultar os formulários. Nesse estágio ele não traça o perfil do 3º setor, por constar apenas as ONGs associadas à Abong, e as variáveis que o compõem atualmente não

são capazes de traçar um perfil mais completo. Mas o que foi apresentado já nos oferece um cadastro, várias questões de pesquisa, tanto para aprimorar o instrumento, como para conhecer melhor, através de outras metodologias, esse universo.

A tarefa de alimentar um banco de dados com informação sobre o Terceiro Setor não é uma tarefa fácil. Primeiro, pela dificuldade de identificar e localizar as instituições. Segundo, porque as entidades estão espalhadas por todo o país, tornando a coleta de dados um trabalho árduo e caro.

Neste caso, a utilização da Internet, por eliminar a barreira de tempo e espaço, é uma boa opção. As organizações podem seguir o exemplo da Abong e disponibilizar os dados, seguindo um padrão e apresentando a data de atualização, em sua página eletrônica. Ou fazer uma pesquisa periódica, para coletar os dados utilizando um questionário online.

BIBLIOGRAFIA

BABBIE, Earl. Métodos de pesquisas de Survey. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999, 519 p.

BARBOSA, Maria Nazaré Lins; OLIVEIRA, Carolina Felipe. Manual de ONGs: Guia prático de orientação jurídica. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2004, 184 p.

BOMENY, Helena; PRONKO, Marcela. Empresários e Educação no Brasil. Rio de Janeiro: PREAL/CPDOC – FGV, Fundação Ford, 2002, 71p.

BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MARTÍNEZ, Francesc. Introdução à Estatística: Enfoque Informático com o Pacote Estatístico SPSS. Porto Alegre, Ed. Armed, 2004, 256 p.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 7. Ed. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, p. 110 e 124, 2005, 242 p.

CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. São Paulo. McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CICONELLO, Alexandre. ONGs no Brasil: Perfil das Associadas à Abong. São Paulo, Abong. 2006, 84 p.

EISEBERG, José; Cepik Marco (Org.). Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002, 315p.

FALCÃO, Joaquim: Democracia, Direito e Terceiro Setor. 2. Ed. Rio de Janeiro. FGV, 2006, 212 p.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. ONGs no Brasil: Um Estudo sobre suas características e fatores que tem induzido seu crescimento. 2005. (Tese em Administração) - FGV, Rio de Janeiro. 257 p.

FERNANDES, Rubem César. Privado Porém Público: O Terceiro setor na América Latina. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará, 1994, 156 p.

GIDDENS, Anthony. A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. 5. Ed. Rio de Janeiro. Record, 2005, 173 p.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. Ed. São Paulo. Atlas, 1991, 160 p.

GOLDENBERG, Miriam. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 2. Ed. Rio de Janeiro, Record, 1998, 110 p.

GONÇALVES, Hebe Signorini (Org). Organizações não Governamentais: solução ou problema? São Paulo, Ed. Estação da Liberdade, 1996, 196p.

LANDIM, Leilah. Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro. ISER, 1993, 86 p.

LEVIN, Jack. Estatística Aplicada a Ciências Sociais Humana. 2. Ed. São Paulo. Harbra, 1987, 392 p.

MENDES, Luiz Carlos Abreu. Visitando o "Terceiro Setor" (ou parte dele). In: Texto para discussão nº 647. Brasília: IPEA, maio de 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: jul. 2008.

MELO NETO, Francisco Paulo de. Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro, Qualitymark, 1999, 192 p.

NAVES, Rubens. Terceiro setor. Novas possibilidades para o exercício da cidadania. In Pinsky, Jaime e Pinsky, Carla B. (orgs). História da cidadania. 3. Ed. São Paulo, Contexto, 2005. pp.563-583.

PAZ, Rosangela Dias O. da. Organizações Não-Governamentais: Um debate sobre a Identidade Política das Associadas à ABONG. Cadernos da ABONG, N.33, jun. 2005, 33 p.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para validação dos resultados. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

SORJ, Bernardo.brasil@povo.com: A luta contra desigualdade na Sociedade da informação. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003, 180 p.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado: ensaios de gestão social. 2. Ed. rev. Ijuí, Editora Unijuí, 2004.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). Responsabilidade social empresarial: teoria e prática. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, 260 p.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Org.). Principais Funções Gerenciais. 10. Ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006, 132 p.

PERFIL DAS ASSOCIADAS. Disponível em:

<http://www.abong.org.br/>. Acesso em: out.2007

Carta de Princípio. Disponível em: <[http:// www.abong.org.br.br](http://www.abong.org.br.br)> Acesso em : 23 out. 2008

Critério de Filiação. Disponível em : <[http:// www.abong.org.br](http://www.abong.org.br).> Acesso em : 23 out. 2008

ANEXO

Anexo I
QUESTIONÁRIO

n° quest _____

1.Data: _____

2.Nome da ONG: _____ 3.Sigla da ONG: _____

4.Tipo de organização: 1 ONG 2 Outra organização: _____

5.Endereço da ONG: _____ 6.Bairro: _____

7.Cidade: _____ 8.Estado: _____ 9.CEP: _____ - _____

10-Telefone de contato: _____ 11-FAX: _____

12-A ONG possui endereço eletrônico?

1. Sim 2. Não(pule para 14) 99. Não respondeu

13-Qual é o endereço eletrônico da ONG?: _____

88 Não se aplica 99. Não respondeu

14-A ONG Possui página eletrônica?

1. Sim 2. Não (pule para p1) 99. Não respondeu

15-Qual é a página eletrônica da ONG?: _____

88 Não se aplica 99. Não respondeu

p1. Qual é o ano de fundação da ONG? _____

88 Não se aplica 99 Não respondeu

p2. Qual é a origem da ONG?

99. Não respondeu

p3. Qual é a missão da ONG?

99.

Não respondeu

p4. Qual é o principal âmbito de atuação da ONG?

- | | | |
|-------------|------------------|------------|
| 1. Estadual | 2. Municipal | 3.Regional |
| 4. Nacional | 5. Internacional | 99. NR |

p5. Onde é a região de atuação da ONG?

Região	Sim	Não	NR
a. Norte	1	2	99
b. Nordeste	1	2	99
c. Centro-Oeste	1	2	99
d. Sul	1	2	99
e. Sudeste	1	2	99

p6. Qual é a faixa orçamentária da ONG?

- | | |
|----------------------------------|---------------------------------|
| 1. Menos de R\$ 50.000,00 | 2. De R\$ 50.001 a R\$ 100.000 |
| 3. De R\$ 100.001 a R\$ 300.000 | 4. De R\$ 300.001 a R\$ 600.000 |
| 5. De R\$ 600.001 a R\$ 1.000.00 | 6. R\$ 1.000.001 ou mais |
| 99. Não respondeu | |

p7. Qual(is) a(s) fonte(s) de recurso da ONG?

Fontes	Sim	Não	NR	NA
a. Agências Internacionais de Cooperação	1	2	99	-
b. Empresas, Fundações ou Institutos empresariais brasileiros	1	2	99	-
c. Agências Multilaterais e Bilaterais	1	2	99	-
d. Comercialização de produtos e venda de serviços	1	2	99	-
e. Órgãos governamentais federais	1	2	99	-
f. Órgãos governamentais estaduais	1	2	99	-
g. Órgãos governamentais municipais	1	2	99	-
h. Contribuições associativas	1	2	99	-
i. Doações de indivíduos	1	2	99	-
j. Outras fontes de financiamento	1	2	99	-
l. Outro(especificar) _____ _____	1	2	99	88

p8. Quem são os principais beneficiários ou público alvo?

Beneficiários ou público alvo	Sim	Não	NR	NA
a. Crianças e adolescentes	1	2	99	-
b. Organizações Populares/ Movimentos Sociais	1	2	99	-
c. Trabalhadores(as) Urbanos(as)/ Sindicatos Urbanos	1	2	99	-
d. Trabalhadores(as) Rurais/ Sindicatos Rurais	1	2	99	-
e. Professores(as)	1	2	99	-
f. Mulheres	1	2	99	-
g. Negros(as)	1	2	99	-
h. Estudantes	1	2	99	-
i. Portadores(as) de HIV	1	2	99	-
j. Gays e lésbicas	1	2	99	-
k. Povos Indígenas	1	2	99	-
l. Portadores(as) de necessidades especiais (físicas e mentais)	1	2	99	-
m. Moradores(as) de áreas de ocupação	1	2	99	-
n. População em geral	1	2	99	-
o. Outras ONGs	1	2	99	-
p. Terceira idade	1	2	99	-
q. Outro beneficiário ou público alvo	1	2	99	-
r. Especificar outro: _____	1	2	99	88

p9. Quais são as áreas temáticas de atuação da ONG?

Áreas temáticas de atuação	Sim	Não	NR	NA
a. Educação	1	2	99	-
b. Saúde	1	2	99	-
c. Questões agrárias	1	2	99	-
d. Agricultura	1	2	99	-
e. Meio Ambiente	1	2	99	-
f. Desenvolvimento da economia regional	1	2	99	-
g. Organização popular/ participação popular	1	2	99	-
h. Discriminação racial	1	2	99	-
i. Relação de gênero e discriminação sexual	1	2	99	-
j. Arte e Cultura	1	2	99	-
k. Trabalho e Renda	1	2	99	-
l. Comunicação	1	2	99	-
m. Questões Urbanas	1	2	99	-
n. Orçamento Público	1	2	99	-
o. Segurança Pública	1	2	99	-
p. Justiça e promoção de Direitos	1	2	99	-
q. Fortalecimento de outras ONGs/ Movimentos populares	1	2	99	-
r. Assistência Social	1	2	99	-
s. DST /AIDS	1	2	99	-
t. Comércio	1	2	99	-
u. Segurança Alimentar	1	2	99	-
v. Relações de consumo	1	2	99	-
x. Outra área temática	1	2	99	-
z. Especificar outro: _____	1	2	99	88

p10. Utiliza trabalho voluntário?

1. Sim

2. Não (**pule para p12.1c**)

99. Não respondeu

p11. Número de voluntários envolvidos:

_____ 888. Não se aplica 999. Não respondeu

p12.1c. Participa de algum conselho?

1. Sim 2. Não (**pule para p12.2r**) 999. Não respondeu

p12.2c. De quais conselhos participa?

888. Não se aplica 999. Não respondeu

p12.1r. Participa de alguma rede?

1. Sim 2. Não (**pule para p12.1f**) 999. Não respondeu

p12.2r. De quais redes participa?

888. Não se aplica 999. Não respondeu

p12.1f. Participa de algum fórum?

1. Sim 2. Não (**pule para p13**) 999. Não respondeu

p12.2c. De quais fóruns participa?

888. Não se aplica 999. Não respondeu

p13. A ONG possui projetos ilustrativos?

1. Sim 2. Não (**pule para p14**) 999. Não respondeu

P13.1. Quantos projetos ilustrativos? _____ 888. Não se aplica 999. Não respondeu_

p14. A ONG possui publicações?

1. Sim 2. Não (**Encerrar questionário**) 999. Não respondeu

14.1. Quantas publicações possuem? (somente as principais)

_____ 888. Não se aplica 999. Não respondeu

Anexo II

CARTA DE PRINCÍPIOS

A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais - ABONG, fundada em 10 de agosto de 1991, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, democrática e pluralista, com sede e foro na capital do Estado de São Paulo.

A ABONG tem por objetivos: promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação da cidadania, a constituição e expansão de direitos, a justiça social e a consolidação de uma democracia participativa; consolidar a identidade das onGs brasileiras e afirmar sua autonomia; defender o interesse comum das suas associadas e estimular diferentes formas de intercâmbio entre elas e com instituições similares de outros países; informar sobre a atuação de agências governamentais, internacionais e multilaterais de cooperação para o desenvolvimento; combater todas as formas de discriminação; ser um instrumento de promoção em âmbitos nacional e internacional das contribuições das onGs frente aos desafios do desenvolvimento e da superação da pobreza.

A constituição da ABONG resultou da trajetória de um segmento pioneiro de organizações não-governamentais que têm seu perfil político caracterizado por: tradição de resistência ao autoritarismo; contribuição à consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; compromisso de luta contra a exclusão, a miséria e as desigualdades sociais; promoção de direitos, construção da cidadania e da defesa da ética na política para a consolidação da democracia.

2. O momento atual

A Humanidade produziu um enorme desenvolvimento da Ciência e da tecnologia, o que permite a construção de sociedades sem pobreza, com igualdade de oportunidades e respeito a todas as diversidades, comprometidas com as gerações futuras, a natureza e a paz.

Entretanto, o capitalismo, agora acentuadamente globalizado e sob o comando do setor financeiro, vem aguçando planetariamente a exclusão, a miséria, as desigualdades sociais, étnicas e de gênero, o consumo predatório e a crise ambiental. Esse contexto tem favorecido o autoritarismo político, a intolerância cultural, a desinformação e o belicismo. Tais

características ameaçam, em última instância, a sobrevivência da própria Humanidade. Portanto, devem ser vistas como instigadoras de uma ação ampla nos campos nacional e internacional, que agregue inúmeros atores sociais, comprometidos com uma cultura de solidariedade e de respeito à diversidade e promoção da vida.

A sociedade brasileira, escravista e patriarcal na origem, destaca-se mundialmente por sua condição de injustiça e desigualdade social. Da família às estruturas do Estado, a sociedade brasileira é marcada pelo autoritarismo, pela discriminação e pelo machismo, o que compromete a capacidade democrática de participação, o usufruto equitativo dos bens e serviços produzidos, e criação e pleno exercício dos direitos humanos.

Essas circunstâncias adversas, no entanto, não devem obscurecer as imensas potencialidades de construção de alternativas de desenvolvimento humano e sustentável no contexto da globalização.

Como já se disse, os extraordinários avanços realizados pela Humanidade no tocante à capacidade produtiva e ao desenvolvimento científico e tecnológico criaram condições históricas sem precedentes para um desenvolvimento centrado no ser humano e em bases compatíveis com a sobrevivência das gerações futuras.

Por outro lado, a sociedade brasileira foi capaz de moldar uma cultura de convivência entre seus elementos fundantes que cria oportunidades para a afirmação da solidariedade, do respeito às diversidades, da rejeição de todas as exclusões. Ao mesmo tempo, tem lutado, através da sua organização e mobilização, para conquistar direitos e modificar a condição de exclusão e injustiça social que vive a maioria da população.

A cidadania que vem sendo construída tem afirmado o papel essencial do Estado como promotor do bem-comum e quer desalojar os interesses privados nele incrustados desde os primórdios da nossa História, através da participação democrática e autônoma das organizações da sociedade na concepção e gestão de políticas públicas e pela construção de novas estruturas de representação democrática.

3. Nossos princípios

Considerando a sua origem e o atual contexto histórico, a ABONG, junto com suas associadas, defendem e se propõem a vivenciar os seguintes PRINCÍPIOS como aqueles que afirmam a sua identidade frente à sociedade brasileira e internacional:

A ABONG E SUAS ASSOCIADAS SE COMPROMETEM A:

- aplicar à sua prática os princípios da ética, impessoalidade, moralidade, publicidade e solidariedade;
- buscar e defender alternativas de desenvolvimento humano e sustentável que considerem a equidade, a justiça social e o equilíbrio ambiental para as presentes e futuras gerações;
- lutar pela erradicação da miséria e da pobreza e se colocarem contra políticas que contribuam para reproduzir desigualdades de gênero, sociais, étnicas e geracionais;
- lutar pelos Direitos Humanos, que são uma conquista fundamental da Humanidade, que tem o direito, coletiva e individualmente, de exercê-los e ampliá-los;
- afirmar seu compromisso com o fortalecimento da sociedade civil, defendendo a soberania popular, a cidadania e o pluralismo político, étnico, racial, de gênero e de orientação sexual;
- afirmar sua autonomia perante o Estado e a sua independência diante dos organismos governamentais, condicionando possíveis parcerias ao seu direito e capacidade de intervir na discussão, formulação e monitoramento de políticas;
- defender uma relação com a cooperação internacional baseada na autonomia, solidariedade, respeito e transparência;
- contribuir para o fortalecimento de um "pacto de cooperação" baseado nos valores explicitados nesta Carta de Princípios, bem como na solidariedade Norte-Sul, Sul-Norte e Sul-Sul;
- reafirmar e vivenciar o seu compromisso com a transparência, o primado do interesse público e a participação democrática interna, reconhecendo-os como componentes essenciais da gestão das organizações a ela filiadas;
- estimular a parceria entre suas associadas e com outras organizações da sociedade civil, de

modo a racionalizar recursos e fortalecer ações conjuntas, defendendo e lutando pela harmonia e respeito entre elas, de modo a fazer dessa prática, referência exemplar na sociedade.

São Paulo, 29 de março de 2000

O Conselho Diretor da ABONG

Anexo III

CRITÉRIO DE FILIAÇÃO²²

Associa-se

Critérios e procedimentos para se associar à ABONG e contribuição financeira

1. Critérios:

- possuam CNPJ, personalidade jurídica própria como associação civil sem fins lucrativos ou fundação;
- sejam autônomas frente ao Estado, às igrejas, aos partidos políticos e aos movimentos sociais;
- mantenham compromisso com: a constituição de uma sociedade democrática e participativa, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo; o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático; a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais e da justiça
- tenham caráter público em relação aos seus objetivos e ação;
- tenham ao menos dois anos de experiência comprovada.

2. Documentos:

O pedido de admissão é apreciado mediante o envio de:

- carta-proposta de filiação contendo a declaração de estar de acordo com a carta de princípios da ABONG;
- cópia do plano de atividades detalhado da entidade;
- cópia do relatório de atividades;
- cópia do balanço financeiro, ficha modelo 41;
- cópia do seu estatuto;
- cópia da ata de eleição de seus dirigentes;
- carta de apresentação de duas ONGs associadas.

3. Procedimentos

²² Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acessado em 16 ago 2007.

Os documentos devem ser enviados à Diretoria Regional da ABONG da localidade onde se situa a ONG (veja em nosso site "Regionais Abong" o diretor responsável pela sua região). O Conselho Diretor da ABONG, que se reúne três vezes por ano, é o responsável pela apreciação dos pedidos de filiação, após a apresentação da entidade realizada pelo Diretor Regional. Os critérios estabelecidos acima serão analisados pelo Conselho Diretor a partir da trajetória institucional da ONG solicitante e dos documentos apresentados.

4. Contribuição financeira

Quanto à contribuição financeira à Associação, esta é anual, sendo o valor de 0,15% sobre o valor do orçamento do ano anterior, podendo ser pago em até três vezes.

Anexo IV

Por que se filiar ?²³

A Abong constituiu-se numa referência política reconhecida nacional e internacionalmente, o que representa um inequívoco aspecto positivo para suas associadas.

Atualmente, a Abong é um importante sujeito de intervenção política, interlocução com o Estado brasileiro e diversas instâncias internacionais, controle social das ações governamentais, espaço de articulação e reflexão sobre a forma de atuação das ONGs e dos movimentos sociais e redes com os quais se articula. É integrada por cerca de 270 associadas com destacada atuação na esfera pública, em áreas como direitos humanos, políticas públicas, questões agrárias e agrícolas, questões urbanas, desenvolvimento regional, promoção da igualdade racial, direitos das mulheres, meio ambiente e ecologia.

As associadas participam de debates por meio dos seus Regionais, que visam a buscar soluções conjuntas a problemas comuns – tanto os que afetam a sua forma de intervenção social como a sociedade brasileira – e, também, a possibilidade de intervenção por meio da representação coletiva exercida pela Abong em diversos espaços públicos. Recebem e são também protagonistas das publicações da Abong, bem como podem divulgar seus trabalhos e produções em espaços e eventos de terceiros dos quais a Associação participa.

²³ Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acessado em 16 ago 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)